



BOLETIM 1442

Brasília (DF), 12 de março de 2026

FST realizará Encontro Nacional das Confederações de Trabalhadores

Evento contará com a presença de representantes das confederações nacionais laborais, entre as quais a CONTRICOM, sob o lema: Unidade, Sistema Confederativo e Futuro do Trabalho. O presidente da CONTRICOM, Reinaldim Barboza Pereira, e outros dirigentes da entidade, das federações e de sindicatos já confirmaram a presença.

O Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST realizará o **Encontro Nacional das Confederações de Trabalhadores: Unidade, Sistema Confederativo e Futuro do Trabalho**, dia 18 de março de 2025, das 9h às 20h, no auditório da sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC. O FST é integrado pelas confederações nacionais laborais, entre as quais a CONTRICOM.

A proposta do evento é promover um espaço de reflexão, articulação institucional e formulação programática das entidades de grau superior do movimento sindical brasileiro, reafirmando o papel estratégico do sistema confederativo na organização sindical brasileira, a importância da unicidade sindical como elemento estruturante da representação coletiva, a legitimidade e soberania das assembleias gerais das categorias profissionais, a necessidade de



sustentabilidade do custeio das entidades sindicais e a defesa permanente da organização coletiva dos trabalhadores.

Trata-se de uma iniciativa voltada à construção de uma **Carta Programática do Sistema Confederativo**, com o objetivo de consolidar posições institucionais sobre os principais desafios do mundo do trabalho contemporâneo e contribuir para a orientação estratégica da atuação das entidades sindicais de grau superior.

O FST está mobilizando especialmente as Confederações laborais, bem como suas Federações e Sindicatos, de modo a garantir ampla participação das entidades que compõem o sistema confederativo, fortalecendo o caráter representativo, plural e unitário do encontro.

A programação do evento será estruturada em torno dos seguintes eixos temáticos: Fortalecimento do Sistema Confederativo e Custeio Sindical; Jornada de Trabalho e Valorização do Trabalho; Terceirização, Pejotização e Defesa da Justiça do Trabalho; Práticas Antissindiais e Proteção da Organização dos Trabalhadores; Inteligência Artificial, Plataformas Digitais e Futuro do Trabalho; Transição Justa, Sustentabilidade e Transformações Produtivas; Saúde Mental dos Trabalhadores no Mundo do Trabalho Contemporâneo.

Fonte: FST

II Conferência Nacional do Trabalho termina com aprovação de propostas para o mercado de trabalho

Encontro promovido pelo MTE reuniu trabalhadores, empregadores e governo e consolidou 17 propostas construídas a partir do diálogo social.

A II Conferência Nacional do Trabalho (II CNT) encerrou-se, em São Paulo, com a votação das propostas consolidadas pelos mais de 3 mil delegados de todo o país. Ao longo do encontro, foram analisadas 370 propostas oriundas das etapas estaduais realizadas entre setembro e dezembro de 2025 em todos os estados brasileiros.

Promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a conferência reuniu representantes de trabalhadores, empregadores e governo para debater os desafios e as transformações do mundo do trabalho. A OIT acompanhou todas as discussões, junto com observadores de outros países.

A abertura do evento, realizada no dia 3 de março, contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que destacou a importância do diálogo tripartite na formulação de políticas públicas para o mundo do trabalho. “O Brasil não entrará no rol dos países desenvolvidos se o trabalhador não entrar junto. Quanto mais o trabalhador ganhar, mais o patrão ganhará”, afirmou, ao ressaltar a relevância dos debates promovidos durante a Conferência.



O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, acompanhou toda a programação da Conferência e participou da votação simbólica final no encerramento da II CNT, ao lado do diretor da OIT no Brasil, Vinícius Pinheiro. Durante o evento, o ministro acompanhou os debates das propostas conduzidos por representantes de trabalhadores e empregadores.

Luiz Marinho destacou que as propostas da Conferência foram construídas a partir do diálogo tripartite, com o objetivo de alcançar consensos sobre as mudanças necessárias no mundo do trabalho. “É um momento rico, um ponto de partida para aperfeiçoarmos o diálogo. Não há ferramenta mais poderosa do que o diálogo”, afirmou.

Segundo o ministro, a II CNT também representa uma experiência que pode servir de referência para outros países. “O governo está sempre aberto ao diálogo, acompanhando as transformações do mercado de trabalho”, disse, ao agradecer a todos os participantes que contribuíram para fortalecer o processo coletivo de representação.

Fonte: MTE



Escala 6x1 e o trabalho de cuidados é tema de novo artigo do Cesit

O vigésimo oitavo artigo do dossiê “Fim da Escala 6x1 e Redução da Jornada de Trabalho”, organizado pelo Organizado pelo Cesit (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho) em parceria com as centrais sindicais, aborda o tema: “Fim da escala 6x1: e o trabalho de cuidados, como é que fica?”.

Assinado por Élide Azevedo Hennington, o artigo analisa o debate sobre a redução da jornada de trabalho a partir da perspectiva das desigualdades de gênero.

A autora argumenta que o fim da escala 6x1 pode melhorar a qualidade de vida da classe trabalhadora, mas alerta que as mulheres continuam sobrecarregadas pelo trabalho doméstico e de cuidados não remunerado.

Dados citados indicam que elas dedicam quase o dobro do tempo que os homens a essas atividades, acumulando dupla ou até tripla jornada.

O texto destaca ainda que longas jornadas estão associadas ao aumento de adoecimentos físicos e mentais, especialmente entre trabalhadoras.

A autora utiliza referências da economia feminista e da teoria da reprodução social para demonstrar que o cuidado sustenta a economia, embora permaneça invisível. Nesse contexto, defende que a redução da jornada deve vir acompanhada de políticas que promovam a redistribuição do trabalho doméstico e de cuidados. Sem isso, o tempo liberado pode acabar sendo absorvido por mais trabalho não remunerado das mulheres.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Fim do 6x1: Lula propõe negociação tripartite

Governo estuda proposta de lei para enviar ao Congresso

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs que a proposta de lei para o fim da escala 6x1 seja construída, em conjunto, por empregados, patrões e o governo. A declaração de Lula ocorreu na abertura da Segunda Conferência do Trabalho.

Segundo o presidente, para os trabalhadores, será mais vantajoso realizar um acordo com a classe empresarial antes de o Congresso apreciar o tema.

“É melhor vocês construírem negociando do que vocês terem que engolir uma coisa aberta [vinda do Congresso], e depois ter de recorrer à Justiça do Trabalho”, disse.

“Tanto será melhor para nós se o que sair for o resultado de um acordo entre os empresários, os trabalhadores e o governo”, acrescentou.

O presidente disse ainda que o governo não irá “pender para um lado” nas discussões.

“Não iremos prejudicar os trabalhadores. E também não queremos contribuir com o prejuízo da economia brasileira. Nós queremos contribuir para, de forma bem pensada, bem harmonizada, encontrar uma solução”, disse.

O encontro, no Anhembi, teve o objetivo, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, estabelecer diretrizes para a promoção do trabalho decente no Brasil e fortalecer o diálogo social e a construção coletiva de políticas públicas.

Fonte: Agência Brasil

Pejotização é a bomba-relógio sob o cofre do FGTS

Ao trocar CLT por CNPJ, País corrói o fundo que sustenta a casa própria da classe média e a habitação popular.

*Marcos Verlaime**

O elo invisível entre emprego formal e moradia: a pejotização — a substituição de contratos celetistas (CLT) por vínculos como pessoa jurídica — é frequentemente tratada como mero arranjo contratual. Não é. Essa alteração atinge o coração de um dos principais instrumentos de financiamento habitacional do País: o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Pelo regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o empregador deposita 8% do salário mensal no fundo. Quando o trabalhador vira PJ, esse fluxo simplesmente desaparece.

O efeito não é apenas individual — perda de 13º, férias e proteção contra demissão —, mas sistêmico: menos recursos no FGTS significam menos crédito para financiar moradia.

Em 2023 e 2024, o FGTS respondeu por algo em torno de R\$ 100 bilhões a R\$ 120 bilhões por ano em financiamentos habitacionais, sustentando milhões de contratos ativos.

Desse total, a maior parte é destinada à habitação popular, especialmente por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, além de operações orientadas à chamada classe média, que utiliza o fundo para entrada e amortização de imóveis.

Enfraquecer a base de arrecadação do FGTS é, portanto, fragilizar a engrenagem que move tanto o sonho da casa própria quanto a política pública de moradia.



Precarização com efeito macroeconômico -

Defensores da pejotização argumentam que o modelo reduz custos e amplia a flexibilidade. O problema surge quando há subordinação, habitualidade e pessoalidade: elementos que configuram vínculo empregatício.

Nesses casos, a pejotização pode se transformar em fraude trabalhista, acumulando passivos e insegurança jurídica.

A Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) tem alertado para o risco de erosão dos direitos sociais e para o impacto previdenciário. Menos contribuições ao INSS e menos depósitos ao FGTS significam pressão futura sobre as contas públicas.

O debate chegou ao STF (Supremo Tribunal Federal), que discute os limites entre terceirização lícita e fraude. Ao mesmo tempo, a Corte decidiu que o saldo do FGTS deve ser corrigido, no mínimo, pelo IPCA, assegurando reposição inflacionária. Trata-se de avanço na proteção do trabalhador formal. Mas não resolve o problema se a base de contribuintes encolhe.

Paradoxo do curto prazo - Empresas que migram para o modelo PJ buscam reduzir encargos no presente. Porém, a disseminação



indiscriminada dessa prática gera paradoxo macroeconômico: enfraquece o fundo que financia a construção civil, setor intensivo em emprego e multiplicador de renda.

Menos depósitos significam menor capacidade de financiamento para habitação popular e crédito imobiliário. Em um país com déficit habitacional relevante, isso não é detalhe técnico. É escolha de modelo de desenvolvimento.

Regular para preservar - Não se trata de demonizar formas legítimas de contratação autônoma. O problema está na substituição artificial do emprego formal por CNPJ, que encobre relação típica de trabalho subordinado.

Se a pejotização avançar sem critérios, o País verá corroído um dos poucos instrumentos estáveis de financiamento social de longo prazo. O FGTS não é apenas poupança compulsória: é a espinha dorsal da política habitacional brasileira.

Ao trocar direitos por redução imediata de custos, corre-se o risco de minar o próprio sistema que sustenta a casa própria de milhões. O debate não é apenas trabalhista. É estrutural e envolve o futuro do financiamento habitacional no Brasil.

Não há um número único oficial divulgado pela Caixa, que some todos os desembolsos para casa própria e habitação popular juntos anualmente, mas há dados e estimativas que ajudam a entender a escala desses financiamentos nos últimos anos:

Financiamentos habitacionais da Caixa

- A Caixa é responsável por cerca de 70% de todos os financiamentos imobiliários no Brasil, principalmente por meio do SFH (Sistema Financeiro de Habitação) e do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo).
- Com as novas regras de crédito habitacional anunciadas em 2025, a instituição deve injetar

cerca de R\$ 20 bilhões em financiamento imobiliário, com potencial para financiar cerca de 80 mil novos imóveis até o fim de 2026.

Habitação popular e programas sociais - No âmbito do Programa de Habitação Popular (como o Casa Verde e Amarela / Minha Casa, Minha Vida), relatórios anteriores da própria Caixa mostram que, em 1 ano típico como 2022, foram contratados cerca de R\$ 70,5 bilhões em habitação popular, resultando em mais de 382 mil unidades financiadas, quase integralmente com recursos do FGTS.

Em outras palavras: o financiamento imobiliário intermediado pela Caixa gira tipicamente na casa das dezenas de bilhões de reais por ano, com programas sociais de habitação popular respondendo sozinho por dezenas de bilhões em contratos anualmente.

Vulnerar esse financiamento será péssimo para as famílias e para a economia. A pejotização não é só ruim para os trabalhadores. É pior ainda para o giro positivo da economia no mercado, ainda mais o imobiliário e da construção civil.

() Jornalista, analista político, assessor parlamentar do Diap e redator do HP*

Fonte: Diap



Pnad mostra recordes no rendimento dos trabalhadores e de empregos no Brasil

A mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, traz uma série de boas notícias para a classe trabalhadora e para a economia brasileira: o aumento recorde do rendimento de todos os trabalhos e do nível de emprego e a queda na desocupação e na informalidade.

O levantamento tem como base o trimestre encerrado em janeiro. No caso do rendimento real habitual de todos os trabalhos, o valor ficou em R\$ 3.652, o mais alto da série iniciada em 2012, com aumento de 2,8% no trimestre e de 5,4% no ano.

Ao mesmo tempo, também bateu recorde a massa de rendimento real habitual total, de R\$ 370,3 bilhões, crescimento de 2,9% no trimestre (mais R\$ 10,5 bilhões) e 7,3% (mais R\$ 25,1 bilhões) no ano.

Segundo a pesquisa, também houve avanços importantes no que diz respeito à quantidade de pessoas empregadas. Percentualmente, elas representam 58,7% dos brasileiros, com estabilidade no trimestre (58,8%) e crescimento de 0,5 ponto percentual no ano (58,2%).

Com isso, o número de trabalhadores ocupados foi de 102,7 milhões — o maior contingente da série —, aumento de 1,7% (mais 1,7 milhões de pessoas) no ano.

Dessa forma, o Brasil registrou uma taxa de desocupação que figura como a menor da série histórica, com 5,4% no período analisado, repetindo o patamar de agosto a outubro de 2025.

Conforme o IBGE, com essa marca, o país tinha cerca de 5,9 milhões de pessoas desempregadas no trimestre encerrado em janeiro de 2026, o que representa o menor contingente

desta série. Na comparação com o trimestre anterior, houve estabilidade; já na comparação anual, houve uma expressiva redução de 17,1% — o que representa 1,2 milhão de pessoas desocupadas a menos.

Por fim, a Pnad Contínua ainda revelou que o Brasil teve queda na taxa de informalidade, que ficou em 37,5%, o menor patamar desde julho de 2020, o que equivale a 38,5 milhões de trabalhadores informais. No trimestre móvel anterior, o percentual estava em 37,8% e no mesmo trimestre de 2024 em 38,4%.

Estabilidade - Outros dados levantados pelo IBGE se mantiveram estáveis ou apontaram crescimento a depender da comparação temporal.

É o caso do número de empregados no setor privado com carteira assinada, que foi de 39,4 milhões de brasileiros. O percentual se manteve o mesmo nos três meses analisados, mas obteve alta de 2,1% (800 mil pessoas a mais) no ano.

Também houve estabilidade trimestral e anual no total de empregados sem carteira no setor privado (13,4 milhões). Já o contingente de trabalhadores por conta própria (26,2 milhões) se manteve no trimestre e aumentou 3,7% no ano (mais 927 mil pessoas).

Quanto à subutilização, o índice foi de 13,8%, resultado também considerado estável na comparação trimestral, mas menor em 1,8 ponto percentual na comparação anual (15,5%).

Além disso, a população desalentada (2,7 milhões) também foi mantida no trimestre, mas marcou queda considerável, de 15,2% (menos 476 mil pessoas) no ano. O percentual de desalentados foi de 2,4%, com estabilidade no trimestre e queda de 0,4 ponto percentual no ano (2,8%).

Fonte: Portal Vermelho

Desemprego fica em 5,4% no trimestre encerrado em janeiro de 2026

A taxa de desocupação do Brasil ficou em 5,4% no trimestre de novembro de 2025 a janeiro de 2026, resultado que representa estabilidade frente ao período de agosto a outubro de 2025, que teve o mesmo percentual, o menor da série comparável, iniciada em 2012. Em relação ao trimestre móvel de novembro de 2024 a janeiro de 2025, quando atingiu 6,5%, há um recuo de 1,1 ponto percentual (p.p.).

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (PNAD-Contínua) foram divulgados pelo IBGE.

De acordo com a pesquisa, cerca de 5,9 milhões de pessoas estavam desocupadas no país no trimestre encerrado em janeiro de 2026. Esse é o menor contingente de desocupados da série e ficou estável em relação ao trimestre anterior. Na comparação anual houve queda de 17,1%, o que equivale a 1,2 milhão de pessoas desocupadas a menos de um ano para o outro.

A população ocupada atingiu 102,7 milhões, o que também é o maior contingente da série comparável, permanecendo estável no trimestre e alta de 1,7%, ou seja, mais 1,7 milhão de pessoas no ano. O nível da ocupação, que é o percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar, chegou a 58,7%. Isso representa estabilidade no trimestre (58,8%) e elevação de 0,5 p.p., ou 58,2%, no ano.

Rendimento - No trimestre encerrado em janeiro de 2026, o rendimento real habitual de todos os trabalhos atingiu R\$ 3.652. Com aumento de 2,8% no trimestre e 5,4% no ano, é o mais alto da série. Ainda conforme a pesquisa, a massa de rendimento real habitual, que ficou em R\$ 370,3 bilhões, também



é recorde. Subiu 2,9% no trimestre, o que significa mais R\$ 10,5 bilhões e 7,3% mais R\$ 25,1 bilhões no ano. A coordenadora de pesquisa domiciliares do IBGE, Adriana Beriguy, avaliou que os resultados do trimestre encerrado em janeiro de 2026 indicam estabilidade dos indicadores de ocupação.

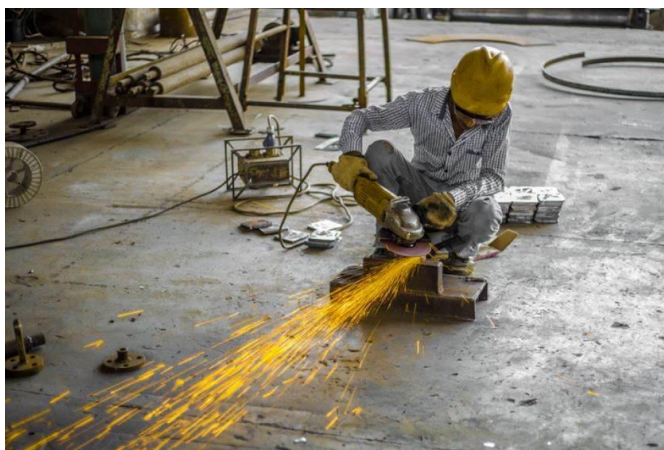
Cesta básica fica mais cara em 14 capitais no mês de fevereiro

Em fevereiro, o custo médio da cesta básica subiu em 14 capitais brasileiras. Já no Distrito Federal e em outras 12 capitais do país, a cesta básica ficou mais barata. É o que aponta a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, divulgada mensalmente pelo Dieese junto com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A maior elevação ocorreu em Natal, onde o custo médio da cesta variou 3,52%. Em seguida estão João Pessoa (2,03%), Recife (1,98%), Maceió (1,87%), Aracaju (1,85%) e Vitória (1,79%). Já a maior queda ocorreu em Manaus, que apresentou variação negativa de 2,94%, seguida por Cuiabá (-2,10%) e Brasília (-1,92%).

Quando se considera o acumulado do ano, 25 cidades tiveram alta, enquanto o restante apresentou queda. As maiores elevações ocorreram no Rio de Janeiro (4,41%), Aracaju (4,34%) e Vitória (3,98%). Por outro lado, Florianópolis (-0,47%) e Brasília (-0,30%) foram as capitais que tiveram queda.

Fonte: Agência Brasil



Indústria nacional cresce 1,8% em janeiro de 2026 É a maior alta em mais de um ano

A produção industrial brasileira cresceu 1,8% em janeiro de 2026, em relação ao mês de dezembro de 2025, registrando o maior crescimento desde junho de 2024, quando a indústria deu um salto de 4,4%. Com a expansão no início deste ano, a indústria nacional reverte parte das perdas acumuladas entre setembro e dezembro de 2025.

As informações foram divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e integram a Pesquisa Industrial Mensal (PIM).

Na comparação com janeiro de 2025, o crescimento deste ano, de 0,2%, interrompe três meses consecutivos de queda na produção. Em dezembro, novembro e outubro, a indústria tinha recuado -0,1%, -1,4% e -0,5%, respectivamente.

Fonte: Agência Brasil

Aumento gradual da licença-paternidade vai à sanção

O Plenário do Senado Federal aprovou, em regime de urgência, o projeto de lei que aumenta de forma gradual o período de afastamento do trabalho para pais segurados da Previdência Social. Aprovado em votação simbólica, o texto será encaminhado à sanção presidencial.

O texto assegura garantia de remuneração integral, estabilidade no emprego e novas regras para adoção e famílias em situação de vulnerabilidade. Regulamenta um direito social previsto na Constituição de 1988, mas que permaneceu restrito desde então ao prazo transitório de cinco dias.

De acordo com o PL 5.811/2025, a licença-paternidade e o salário-paternidade, considerados isoladamente, terão a duração total de:

- . 10 dias, a partir de 1º de janeiro de 2027;
- . 15 dias, a partir de 1º de janeiro de 2028;
- . 20 dias, a partir de 1º de janeiro de 2029.

De autoria da ex-senadora Patrícia Saboya, o texto foi relatado pela senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA).

O projeto já havia sido aprovado na Câmara com alterações, voltou para o Senado e seguiu para apreciação do Plenário, após ter sido aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em dezembro de 2025.

Fonte: Agência Senado

Governo Flávio fará reformas da Previdência e trabalhista, diz senador Marinho

Coordenador da pré-campanha do filho de Bolsonaro, senador também fala em redefinir regras fiscais e chama arcabouço de “peneira”

O senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da pré-campanha presidencial de Flávio Bolsonaro (PL-RJ), afirmou que, caso o filho de Jair Bolsonaro (PL) vença as eleições, o governo dele pretende implementar reformas –tanto da Previdência quanto trabalhista.

“O modelo está estourando. Só posso dizer que vamos ter de revisitar a Previdência. A trabalhista tem de ser revisitada, porque a reforma de 2017 foi mitigada por várias decisões judiciais. Ao mesmo tempo, ela precisa ser atualizada pelas inovações tecnológicas, pelas novas formas de trabalho que estão crescendo”, afirmou em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, publicada na 6ª feira (6.mar.2026).

O senador não detalhou em que termos se dariam as reformas, nem se incluíam mudanças na política de salário mínimo. Disse somente que a nova reforma da Previdência poderia implicar em uma mudança de modelo. Também declarou que um eventual governo de Flávio planeja atualizar a regra fiscal.

Fonte: Poder360

TST valida escala que combina turnos acima de 10 horas com 4 dias de folga

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho validou, em julgamento nesta segunda-feira (2/3), uma norma coletiva que instituiu jornada de trabalho na escala 2 x 2 x 4 para uma multinacional do setor de alumínio. Nesse regime, os empregados fazem turnos de dez horas e 45 minutos durante quatro dias e, em seguida, ganham quatro dias de folga.

O julgamento foi decidido por 15 votos a 12. A corrente vencedora validou a cláusula, que foi firmada em negociação com o sindicato da categoria, e excluiu o pagamento de horas extras a um ex-empregado que ajuizou reclamação contra a empresa.

Os representantes da companhia argumentaram que a extensa folga compensatória atenuava o cansaço e que o Supremo Tribunal Federal já garantiu a prevalência do negociado sobre o legislado: conforme a tese de repercussão geral fixada no Tema 1.046, são válidos os acordos coletivos que afastam ou limitam direitos, desde que não sejam absolutamente indisponíveis.

Ao analisar o recurso no TST, a maioria dos magistrados acompanhou a divergência inaugurada pela ministra Maria Cristina Peduzzi. O entendimento vencedor concluiu que a jornada 2 x 2 x 4 é juridicamente possível nos termos negociados, prestigiando a negociação coletiva e a composição dos conflitos pelos próprios interessados.

Ficaram vencidos o relator originário, ministro Alberto Bastos Balazeiro, e outros ministros que consideraram a escala contrária aos preceitos da Constituição em relação à saúde e à segurança do trabalhador.

Fonte: Consultor Jurídico

NOTÍCIAS DOS ESTADOS



STICOMBE Brasília: Assembleia Geral aprova Pauta de Reivindicações da campanha salarial 2026

O STICOMBE Brasília realizou, no domingo (8 de Março), a **Assembleia Geral** que aprovou a **Pauta de Reivindicações da Campanha Salarial de 2026**.

O presidente do Sindicato, Raimundo Salvador, que também é dirigente da CONTRICOM, destacou a realização de miniassembleias que reuniram, previamente, mais de 5 mil trabalhadores em todo DF e Entorno, nos mais variados locais de trabalho.

Entre as reivindicações, destacam-se Melhores Salários, com reposição da inflação e aumento real para os pisos e os salários fora dos pisos; Implantação plena do Ticket-Alimentação, Plano de Saúde, Contribuição Assistencial, PLR, Prêmio Assiduidade, Obrigatoriedade de treinamento das NRs pelas empresas, além da manutenção nas convenções coletivas das conquistas anteriores.

A Assembleia Geral também prestou uma homenagem às mulheres trabalhadoras pelo transcurso do **Dia Internacional da Mulher**, ocasião

em que foi ministrada palestra sobre assédio moral e sexual no ambiente de trabalho.

TST fará audiência sobre aumento de jornada em atividades insalubres

O TST realizará, nesta quinta-feira (12), a partir das 9h, uma audiência pública para discutir a validade de norma coletiva que autoriza regime de trabalho que estende a jornada em ambiente insalubre, independentemente da licença prévia da autoridade competente. O tema é tratado num recurso submetido à sistemática dos recursos repetitivos (Tema 149) para a formação de precedentes vinculantes.

A audiência será transmitida pelo canal do TST no YouTube.

O caso está sob a relatoria do ministro Douglas Alencar Rodrigues, que convocou a audiência a fim de ouvir depoimentos de pessoas com experiência e conhecimento na matéria.

Cada expositor terá 10 minutos para sua apresentação, e, ao final, será facultada a palavra ao Ministério Público do Trabalho (MPT), pelo mesmo tempo.

Fonte: TST

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

REINALDIM BARBOZA PEREIRA

Secretário Geral

EVILÁSIO DE DEUS LOPES

Secretário de Finanças

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA



Redação e Edição

MAC CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO